



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ
Secretaria Municipal de Logística e Compras
Superintendência da Secretaria de Logística e Compras
Diretoria de Licitações
Gerência de Licitações
Av. Rebouças, nº 200, - Bairro Zona 10, Maringá/PR,
CEP 87030-410 Telefone: (44) 3127-7105 - www2.maringa.pr.gov.br

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREZADO LICITANTE:

Este edital traz todas as informações relevantes e regras específicas para a participação e para a condução do certame, sendo que todas as decisões serão tomadas com base no que o presente edital estabelece.

Dúvidas ou discordância serão manifestadas antes do início do certame, durante o prazo (contado em dias úteis) previsto neste Edital, bem como no Caderno de Normas Licitatórias, preferencialmente através de peticionamento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, a partir de um dos seguintes tipos processuais:

- Licitação: Pedido de Esclarecimento
- Licitação: Impugnação de Edital de Licitação

Subsidiariamente, pelo e-mail pedidoslicitacoes@maringa.pr.gov.br, sendo que neste caso tais peticionamentos só serão tidos como confirmados após formal e expressa confirmação de servidor da Administração.

Sobre o cadastro no SEI, maiores informações podem ser obtidas a partir do site: <https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>, ou pelos telefones: (44) 3221-1403, (44) 3221-1356, (44) 3221-1246, ou ainda, através do e-mail sei@maringa.pr.gov.br.

Consideram-se partes integrantes deste edital os seus anexos e as normas do Caderno de Normas Licitatórias referidas neste edital.

Neste sentido, não é demais orientar que é fundamental a cautelosa leitura, além do edital, dos anexos integrantes.

As minutas da ata de registro de preços e do contrato trazem as cláusulas que serão redigidas no instrumento que formalizará a pactuação, conforme o caso. Nelas estão as obrigações das partes, as consequências para o seu descumprimento e as demais condições que regem a sua execução.

As demais informações gerais sobre definições utilizadas em certames, ritos de esclarecimentos e impugnações, análise das condições de participação e condições de julgamento das propostas e habilitação, critérios sobre a apresentação de amostras, regras de negociação, procedimentos de recursos e contrarrazões, além de outras explicações detalhadas sobre as formas de licitação, ordem das etapas, modos de disputa, critérios de julgamentos, de desempate, benefícios aplicáveis, dentre outros, podem ser encontradas no já referido [Caderno de Normas Licitatórias](#), podendo ser acessadas através de clicks nos links (identificados com o sublinhado) presentes no edital.

O Estudo Técnico Preliminar responsável por indicar o caminho percorrido pelo Município até a solução ora licitada (como sendo a que melhor lhe atende), e o termo de referência - TR, que possui a construção de todos os elementos do presente edital, farão parte integrante deste, como anexos, assim como a Minuta de ARP - Ata do Sistema de Registro de Preços (se houver) e a Minuta de Contrato, além do Instrumento de medição de resultado, se for o caso.

Atenciosamente,

EDITAL DE LICITAÇÃO - LEI 14.133/2021

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 010/2024

Processo Administrativo nº 01.20.00118871/2024.04

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Objeto do certame: #OBJC Contratação de empresa especializada na área de engenharia/arquitetura para execução de obra de **Requalificação dos Espaços Públicos do Eixo Monumental (Trecho D)** no Município de Maringá – PR. Serão executados serviços de pavimentação, drenagem, passeio público, paisagismo e arborização, ciclovias, mobiliários urbanos, sinalização viária, abastecimento de água,

rede de esgoto, rede elétrica e iluminação pública, entre outros. O objeto deverá ser executado de acordo com os projetos e documentação relacionada, conforme documentos citados no **item 9.3 - Anexos do Projeto Básico**.

1.1.1. Unidade demandante: #SECD Prefeitura do Município de Maringá – PR (PMM), por meio da Secretaria Municipal de Obras Públicas (SEMOP).

1.1.2. Autoridade máxima da Unidade Demandante #RESP: Joicei Terezinha Tozetto Menon - Secretária Municipal de Obras Públicas.

1.2. A proposta deverá ser apresentada até as 09:00 horas do dia 15/01/2025.

1.2.1. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados, pelo licitante mais bem classificado, em até 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação.

1.2.2. A solicitação dos documentos de habilitação, pelo agente ou comissão de contratação, poderá ser feita juntamente com a solicitação de proposta ajustada.

1.2.2.1. A análise da habilitação ocorrerá, contudo, após o julgamento da proposta, por obediência às fases do art. 17 da L. 14.133/21.

1.2.2.2. Caso o licitante deixe de enviar os documentos de habilitação juntamente com a proposta ajustada, conforme solicitado pelo agente de contratação/pregoeiro, se esta for classificada, e, caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.

1.3. Data do certame e horário da disputa de lances: 09:00 horas do dia 15/01/2025.

1.4. Prazo para solicitar [esclarecimento e impugnar](#) o edital: até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública.

1.5. Valor estimado total da contratação: #VETC **R\$ 19.396.535,73** (dezenove milhões, trezentos e noventa e seis mil quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos).

1.6. Rito da seleção: #MDLI Concorrência

1.7. Forma da seleção: #FDSE [eletrônica](#)

1.8. Local do certame: <http://comprasnet.gov.br/>

1.9. **UASG:** 987691

1.10. Número da licitação na plataforma: 90010/2024

1.11. Critério de julgamento #CDJU [Menor preço ou Maior desconto](#)

1.11.1. A contratação será: #CGOI Global

1.11.2. Modo de disputa: #MDDI [Fechado e aberto na forma eletrônica](#)

1.11.3. Intervalo mínimo entre lances: 0,1% (um décimo por cento) em relação ao melhor lance ou proposta.

1.11.4. Ordem das etapas: #ODET [Rito procedimental comum](#)

1.12. Este certame será sob o Sistema de Registro de Preços? Não #CSRP

1.13. Será permitida a subcontratação #QSRS #QLDS

1.13.1. **Condições para a subcontratação #QLDS**

1.13.1.1. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.13.1.2. Será permitida a subcontratação para as atividades que **não** constituem a parcela principal do objeto, entendida esta como o conjunto de itens para os quais, como requisito de habilitação técnico-operacional, foi exigida apresentação de atestados com o objetivo de comprovar a execução de serviço, pela licitante ou contratado, com características semelhantes.

1.13.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação, como quanto à qualidade técnica da obra e do serviço prestado.

1.13.1.4. Quando da subcontratação, o contratado deverá apresentar documentação do subcontratado que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de habilitação e qualificação exigidos na licitação.

1.13.1.5. A alteração da subcontratação habilitada durante a execução do contrato depende de autorização prévia por parte do contratante, assim, o contratado originário deve submeter à apreciação do contratante o pedido de prévia anuência para subcontratação, com apresentação do pretendente subcontratado e da respectiva documentação, que comprove sua habilitação jurídica, regularidade fiscal e a qualificação técnica necessária à execução da parcela da obra ou do serviço subcontratado. Caberá a fiscalização avaliar por meio de parecer técnico se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução dos serviços.

1.14. [Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE](#): #BMPE Sem benefícios para MPE (Ampla Concorrência - Geral)

1.14.1. Os documentos apresentados pelos licitantes deverão possuir assinatura digital que atenda ao disposto na [Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001](#) e no [Decreto Municipal nº 871, de 07 de julho de 2020](#).

2. PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME

2.1. Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto licitado;

2.2. Quem não estiver sancionado com suspensão do direito de licitar e contratar pelo Município de Maringá ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;

2.3. Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

2.4. Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;

2.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que não estejam concorrendo entre si; e

2.6. Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste edital, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos

casos vedados pela legislação trabalhista.

2.7. Empresas reunidas em consórcios poderão participar desta licitação. #CONS

2.7.1. Condições para participação em consórcio

2.7.1.1. Para fins de habilitação, deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, contendo:

- I - A designação e sua composição;
- II - O empreendimento que constitui o seu objeto;
- III - O compromisso de que o prazo de sua duração será, no mínimo, equivalente ao prazo de vigência contratual;
- IV - O endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre as partes;
- V - Indicação do percentual de participação das empresas que compõem o consórcio e definição das obrigações e responsabilidade de cada consorciada em relação ao objeto da contratação;
- VI - Declaração expressa de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e ao eventual termo de contrato dela decorrente;
- VII - Indicação da empresa líder do consórcio, que irá se relacionar com o contratante em nome do consórcio. São condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio: ter poderes expressos para receber citação e responder judicialmente pelas demais consorciadas e ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os atos necessários;
- VIII - Procuração das consorciadas outorgando à empresa líder poderes para representá-las perante o contratante, em juízo ou fora dele;
- IX - Declaração expressa, firmada pelos representantes legais das empresas componentes do Consórcio de que, se vencedor desta licitação, levarão a registro na competente Junta Comercial o termo de compromisso de Constituição de Consórcio, na forma estabelecida na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações, observadas as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.210/2011, quanto à obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), bem como o respectivo registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;
- X - O compromisso de que o consórcio não terá sob qualquer forma, sua composição e constituição alterada, sem anuência prévia e expressa do contratante;
- XI - O compromisso de que não se constituem e nem se constituirão, para fins de consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.

2.7.1.2. É vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou mais de um consórcio.

2.7.1.3. A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

2.7.1.4. Cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos para habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, sendo que:

- I - Admite-se para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, desde que esses participem da execução dos serviços em questão, conforme compromisso de constituição de consórcio; cada consorciado deverá comprovar a execução dos serviços na mesma proporção de participação na execução desse serviço no contrato, de forma que o somatório das consorciadas atenda as quantidades exigidas;
- II - Não serão considerados os quantitativos para comprovação de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional de empresa consorciada que não seja responsável pela execução do serviço correspondente no contrato;
- III - Admite-se para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

2.7.1.5. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

2.8. Limitação de consorciados e justificativas : #LCON

I - Considerando que o objeto a ser licitado trata-se de uma obra com serviços nas áreas civil e de pavimentação, com um valor máximo estimado em R\$ 19.396.535,73 (dezenove milhões, trezentos e noventa e seis mil quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos), será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, limitada a **02 (duas) empresas**.

II - A limitação do número de empresas se faz necessária porque o objeto não apresenta uma variabilidade extensa de serviços que exigem empresas especializadas em diversos ramos, além de ter sido considerado quesitos como complexidade técnica e gerencial, responsabilização clara e capacidade técnica e financeira, em que:

- a) Complexidade técnica e gerencial: obras do porte do objeto frequentemente envolvem complexidades técnicas e gerenciais significativas, que ao limitar o número de empresas no consórcio facilita a sua coordenação, comunicação e o gerenciamento do empreendimento como um todo, tornando sua administração mais eficaz, garantindo agilidade na tomada de decisões e cumprimento de prazos;
- b) Capacidade técnica e financeira: limitar o consórcio a duas empresas assegura que as empresas participantes possuam capacidade técnica e financeira necessária para lidar com a magnitude da obra, o que contribui para evitar a descontinuidade do projeto por motivos relacionados à capacidade operacional das empresas consorciadas, garantindo solidez e segurança da construção, além de proporcionar um melhor controle de qualidade da execução como um todo;
- c) Responsabilização clara: ao limitar a formação de consórcios a duas empresas, a alocação de responsabilidades se torna mais clara e direta, evitando a pulverização de responsabilidades dentre as empresas envolvidas, além de reduzir riscos de conflitos decorrente da não colaboração entre elas.

2.8.1. No caso de consórcio, qual percentual de acréscimo no valor mínimo de capital social ou patrimônio líquido exigido para o licitante individual: #PPCO

2.8.1.1. Conforme previsão do § 1º e § 2º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, fica estabelecido o acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre o capital social ou patrimônio líquido exigido para o licitante individual, salvo aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

2.9. **Comprovação de não participação de licitantes e profissionais:** #CPLP As empresas participantes e os profissionais apresentados por essas deverão atender aos critérios listados no art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e no Caderno de Normas Licitatórias (disponível em <https://www.maringa.pr.gov.br/caderno-normas-licitatorias/>). A relação de empresas e/ou responsáveis técnicos e fiscais dos estudos técnicos, projetos e orçamento está apresentada no **item 15 - Responsáveis técnicos e fiscais dos estudos técnicos, projetos e orçamento** do Projeto Básico.

2.10. Clique neste link: [análise das condições de participação](#), para saber, em detalhes as regras da análise das condições de participação

3. DECLARAÇÕES

3.1. Ao participar deste certame, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, **sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito.**

3.1.1. Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital e seus anexos;

3.1.2. Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar ao Município de Maringá;

3.1.3. Que para a obtenção dos benefícios contidos no caput do art. 4.º da L. 14.133/2021, a participante observará que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do §2.º do art. 4.º da L. 14.133/2021.

3.1.4. No quadro societário não tem nenhum integrante que seja ligado ao Prefeito, vice-prefeito, secretários ou equivalentes, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, e estou ciente que não poderei contratar com a Administração Municipal Direta e Indireta caso venha ter a referida ligação, inclusive com aqueles que deixaram tais funções nos últimos 12 (doze) meses antes da contratação, conforme determina o inciso V do art. 59 da Lei Orgânica de Maringá;

3.1.5. Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

3.1.6. A proposta foi elaborada de forma independente, **com validade mínima de 180 (cento e oitenta) dias**, e nenhuma empresa potencialmente participante da licitação conhece meu preço; #VMIP

3.1.7. Que o desconto ofertado está indicado na **DECLARAÇÃO DE PROPOSTA AJUSTADA** e, caso não haja concordância com a incidência linear de desconto em todos os serviços da planilha sintética, será apresentada complementarmente a **DECLARAÇÃO DE DESCONTO NÃO LINEAR**;

3.1.8. A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de entrega das propostas;

3.1.9. Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;

3.1.10. Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz;

3.1.11. Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

3.1.12. Concorde com a adequação do projeto que integra o edital e que as alterações contratuais decorrentes de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, 10% (dez por cento) do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

3.1.13. Comprometo-me a realizar, bem como manter ativo e atualizado o respectivo cadastro, como usuário externo, no Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>);

3.1.14. Que será promovida a assinatura do respectivo instrumento (Contrato ou Ata de Registro de Preços) através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no prazo de até 05 dias úteis após a convocação realizada pelo Município de Maringá;

3.1.15. **Que foi disponibilizada (pela Administração) para a licitante toda a documentação relativa ao objeto desta licitação;**

3.1.16. **Que irei dispor das instalações, dos veículos, dos equipamentos, das ferramentas, dos utensílios e do pessoal adequado e suficiente para a realização do objeto da licitação; e**

3.1.17. **Ademais, que serão devidamente preenchidas e entregues as demais DECLARAÇÕES listadas nos Anexos (abaixo), integrantes deste Edital.**

4. PROPOSTA

4.1. **Apresentação da Proposta #PROP**

4.2. A proposta deverá ser preenchida conforme modelo Anexo deste Edital, e conforme item expresso do Projeto Básico.

4.2.1. Havendo divergência entre o item lançado da Plataforma ComprasGov (a partir do CATMAT/CATSERV) e o constante deste Edital, prevalecerá o descrito em Edital, a ser considerando para fins de proposta ajustada.

4.2.2. As propostas de preços deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional, limitado o preço unitário a 02 (duas) casas após a vírgula, (ex.: 0,00). O valor total também será limitado a 02 (duas) casas após a vírgula, (ex.: 0,00).

4.3. Após a classificação das licitantes do certame, a empresa classificada em primeiro lugar para cada lote deverá apresentar a proposta ajustada ao valor final ofertado, com o valor da negociação, no prazo de até **24 horas** da convocação do agente de contratação ou da comissão de contratação, podendo o prazo ser prorrogado por igual prazo, pela comissão de contratação, mediante solicitação tempestiva do licitante.

4.4. Caso não haja manifestação da licitante classificada solicitando a prorrogação do prazo inicial ou caso não seja apresentada a documentação solicitada, dentro do prazo inicial ou de eventual prorrogação, a empresa será desclassificada do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo convocada a próxima empresa, na ordem de classificação.

4.5. Após a classificação das licitantes do certame, conforme descrito no **item 4.3.2.3** do Projeto Básico, a empresa classificada em primeiro lugar deverá apresentar a proposta, atendendo as disposições do **item 4.9 - Apresentação da proposta** e seus subitens do Projeto Básico.

4.6. Será concedido o prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para apresentação da proposta, sendo que esse poderá ser prorrogado por mais **24 (vinte e quatro) horas** por solicitação da empresa, com a aprovação do contratante. Caso não haja manifestação da licitante classificada solicitando a prorrogação do prazo inicial ou caso não seja apresentada a documentação solicitada, dentro do prazo inicial ou de eventual

prorrogação, a empresa será desclassificada do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo convocada a próxima empresa, na ordem de classificação citada no **item 4.3.2.3** do Projeto Básico.

4.7. O licitante que apresentar proposta com erros ou falhas diante das regras estabelecidas no edital de licitação, poderá ter a oportunidade de sanear o erro da proposta, desde que não seja alterada a sua substância, nem que seja majorado o valor proposto pelo licitante ao final do certame. Será desclassificada a proposta que, depois de dada a oportunidade de saneamento, permanecer em desacordo com o estabelecido no edital de licitação, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório para apuração de infração, caso esteja enquadrada em uma ou mais condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021.

4.7.1. O não envio da proposta ajustada no prazo estipulado ensejará a desclassificação do licitante, com consequente aplicação das sanções indicadas neste Edital.

4.8. **Proposta de Preços: #PRPR**

4.8.1. Deverão ser apresentados assinados pelo responsável técnico da empresa classificada, conforme **Planilha orçamentária do item 9.3.3 - Anexo C – Orçamento** do Projeto Básico ([Orçamento \(SEI nº 4854985\)](#)):

- I - **FOLHA RESUMO EMPRESA:** apresentar planilha de dados da empresa no formato editável e digital com assinatura;
- II - **PLANILHA EMPRESA:** apresentar planilha orçamentária para proposta da empresa no formato editável e digital com assinatura;
- III - **COMPOSIÇÕES EMPRESA:** apresentar planilha de composições detalhadas de preços unitários de cada item da planilha orçamentária proposta pela empresa, inclusive do ALO, no formato editável e digital com assinatura; sendo facultado à empresa apresentar apenas as composições que diferem daquelas disponibilizadas pela Administração e das constantes de bancos oficiais, conforme indicado na "**DECLARAÇÃO DE PROPOSTA**";
- IV - **INSUMOS EMPRESA:** apresentar os insumos da empresa no formato editável e digital com assinatura;
- V - **CRONOGRAMA EMPRESA:** apresentar o cronograma físico-financeiro da empresa no formato editável e digital com assinatura; no caso de empreitada por preço global, deve ser observado que o cronograma poderá ser readequado posteriormente pela empresa declarada vencedora, conforme estabelecido no **item 7.1** do Projeto Básico;
- VI - **BDI GERAL EMPRESA:** apresentar planilha de composição detalhada do BDI Geral da empresa no formato editável e digital com assinatura;
- VII - **BDI DIFERENCIADO EMPRESA:** apresentar planilha de composição detalhada do BDI Diferenciado da empresa no formato editável e digital com assinatura;
- VIII - **ENCARGOS SOCIAIS EMPRESA:** apresentar planilha de composição detalhada dos Encargos Sociais da empresa no formato editável e digital com assinatura.

4.8.1.1. Para a elaboração da proposta de preços, devem ser observados os **itens 4.8.3 Disposições gerais referentes à proposta de preços e 4.8.4 - Critérios para detalhamento das composições** do Projeto Básico.

4.8.2. Deverão ser apresentadas, junto ao contido no **item 4.8.1 - Proposta de preços** do Projeto Básico, os documentos listados a seguir, sendo que as declarações deverão ser apresentadas conforme modelos disponibilizados no edital de licitação: #JCPR

- I - **DECLARAÇÃO DE PROPOSTA**;
- II - **DECLARAÇÃO DE REGIME TRIBUTÁRIO/FOLHA DE PAGAMENTO/DATA-BASE DO SINDICATO**: no caso de empresa optante pelo Regime Tributário Simples Nacional, apresentar o Programa Gerador do Documento de arrecadação do Simples Nacional – Declaratório (PGDAS-D) ou Extrato do Simples Nacional, acompanhado de Declaração emitida pelo Contador da empresa, identificando em qual dos Anexos (I, II, III, IV ou V) do Regime do Simples Nacional a empresa está sujeita;
- III - **DECLARAÇÃO DE DESCONTO NÃO LINEAR**, no caso de não aplicação de desconto linear.

4.8.3. **Disposições gerais referentes à proposta de preços**

4.8.3.1. Para elaboração da proposta de preços a empresa proponente deverá observar rigorosamente os documentos técnicos que embasam essa contratação. Com o intuito de padronizar a forma de apresentação das propostas, de se evitar erros no preenchimento da planilha orçamentária e de facilitar o preenchimento da mesma pelas proponentes, o contratante disponibilizou a **Planilha orçamentária no item 9.3.3 - Anexo C – Orçamento** do Projeto Básico (Orçamento (SEI nº 4854985)) no formato ".xlsb". Contudo, para preenchimento da mesma, a proponente deverá observar o que segue:

- I - Dentro da **Planilha orçamentária** existe uma aba denominada "Manual". Este Manual deve ser lido pelo licitante, pois trata-se de orientações objetivas para o correto preenchimento da planilha. Segue abaixo figura com demonstração dos documentos referentes ao orçamento que constam para preenchimento:

Figura 04 – Aba principal da Planilha Orientativa

ORÇAMENTO ANALÍTICO
 ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA DA LICITAÇÃO
 SINAPI

FOLHA RESUMO

COMPOSIÇÕES

BDI GERAL

ENCARGOS SOCIAIS

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA

COTAÇÕES PRÓPRIAS

BDI DIFERENCIADO

ENCARGOS COMPLEMENTARES

INFORMAÇÃO

CRONOGRAMA

CURVA ABC

RELAÇÃO PROJETOS

REFERÊNCIA: ABRIL 2024

ORÇAMENTO ANALÍTICO
 ORÇAMENTO - EMPRESA

A - FOLHA RESUMO EMPRESA

B - PLANILHA SINTÉTICA EMPRESA

D - COMPOSIÇÕES

F - BDI DIFERENCIADO

MANUAL

C - CRONOGRAMA

E - BDI GERAL

G - ENCARGOS SOCIAIS

II - A **Planilha orçamentária sintética** fornecida para preenchimento da empresa encontra-se parcialmente bloqueada para edição, para que sejam evitados preenchimentos inadequados, inclusões e exclusões de linhas e/ou colunas, portanto, só poderão ser preenchidas as células correspondentes ao tipo de Regime da Folha de Pagamento, Regime Tributário, percentual de Encargos Sociais, taxas de BDI, coluna do Código da Empresa para cada serviço da planilha e coluna do Preço Unitário e Preço Total da proponente;

III - Toda e qualquer operação numérica envolvendo multiplicação na proposta de preços, deverá ser apresentada obrigatoriamente em algarismos arábicos, grafados sob forma decimal e somente com até 02 (dois) dígitos após a vírgula, unitário e total, com nível de precisão "truncar" (função correspondente ao software Microsoft Excel), desprezando-se as cifras significativas posteriores a fim de evitar possíveis erros de arredondamentos;

IV - No orçamento sintético, a proponente não poderá propor preço global ou preço(s) unitário(s) superiores aos estabelecidos no orçamento de referência pelo contratante, sob pena de desclassificação da proposta.

4.8.3.2. Observadas as disposições contidas neste item, a empresa proponente deverá apresentar um orçamento com o preço final contendo valores para todos os itens especificados no orçamento de referência, compreendendo especificações dos serviços, quantidades, preços unitários e globais, devidamente assinado, pelo responsável legal e por um responsável técnico (constando o nome, respectiva qualificação técnica e o número de registro no CREA/CAU).

4.8.3.3. Os equipamentos/veículos a serem utilizados na execução dos serviços, deverão estar em perfeitas condições de uso e ser objeto de seguro total contra riscos de qualquer espécie, providenciado pela empresa e todos os custos inerentes à utilização dos mesmos, tais como operador/motorista, combustível, manutenção etc., deverão estar incluídos em suas propostas.

4.8.3.4. Os materiais a serem empregados na execução dos serviços serão fornecidos pela empresa contratada e todos os custos de aquisição, transporte, armazenamento e utilização deverão estar incluídos nos preços unitários propostos para os diferentes serviços. Os materiais deverão ser da melhor qualidade, obedecer às especificações e serem aprovados pela fiscalização.

4.8.3.5. A apresentação da proposta será considerada como evidência de que a empresa proponente:

I - Examinou criteriosamente os documentos do edital de licitação, que os comparou entre si e obteve informações sobre qualquer ponto duvidoso antes de apresentá-la;

II - Considerou que os elementos desta licitação lhe permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória, inclusive que tomou conhecimento e entende a aplicação, se for o caso, de mais de um valor de BDI no mesmo orçamento devido as diferentes alíquotas de ISS para cada serviço a ser executado, conforme orientação da Secretaria Municipal de Fazenda;

III - Adotou alíquotas dos impostos conforme legislação vigente e regime tributário a que pertence, considerou conforme opção a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), Lei Federal nº 13.161, de 31 de agosto de 2015;

IV - Incluiu nos preços ofertados, todas as despesas dos serviços e encargos a seguir relacionados, quando existirem: todos os materiais, insumos, equipamentos, veículos e ferramentas, controle tecnológico de qualidade e testes dos serviços que forem necessários, mão-de-obra especializada que se fizer necessária, seguros em geral, encargos da legislação social, trabalhista, previdenciária, da responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros, dispêndios resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais e outros.

4.8.3.6. A proposta terá prazo de validade de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados a partir da data estabelecida para abertura das propostas. Decorrido esse prazo, sem que haja convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos (art. 90, § 3º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021). #VMIP

I - Em **casos excepcionais**, a comissão de contratação poderá solicitar às empresas licitantes uma prorrogação específica no prazo de validade das propostas. A solicitação e as respostas deverão ser formuladas por escrito. No caso da proponente recusar-se a estender o prazo de validade de sua proposta, a mesma será rejeitada. Caso a proponente concorde com a dilação do prazo solicitado, não será permitido modificar a respectiva proposta, nem ser motivo para arguir futuramente qualquer alteração de preços.

4.8.4. Critérios para detalhamento das composições

4.8.4.1. Composições de preço unitário

I - A licitante deverá apresentar as composições detalhadas de todos os serviços constantes no orçamento sintético de referência cujas composições diferirem daquelas publicadas pela Administração ou constantes de bancos oficiais, conforme aba "**COMPOSIÇÕES EMPRESA**" da **Planilha orçamentária** disponibilizada no **item 9.3.3 - Anexo C – Orçamento** do Projeto Básico.

II - Na composição detalhada de preços unitários a licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços, bem como coeficientes de produtividade, de consumo, de aproveitamento e seus respectivos valores.

III - Os coeficientes de consumo e produtividade apresentados devem considerar o tempo necessário para execução do respectivo serviço no caso da mão de obra, bem como a quantidade suficiente de consumo de materiais, capaz de permitir a exequibilidade do serviço.

IV - Toda e qualquer operação numérica envolvendo multiplicação nas composições detalhadas de preços unitários, deverá ser apresentada obrigatoriamente em algarismos arábicos, grafados sob forma decimal e somente com até 02 (dois) dígitos após a vírgula, unitário e total, com nível de precisão "truncar" (função correspondente ao software Microsoft Excel), desprezando-se as cifras significativas posteriores, a fim de evitar possíveis erros de arredondamentos. Quanto aos coeficientes de consumo que representam a fração da unidade do serviço/insumo, estes são livres de limitação para casas decimais.

V - Nos valores apresentados deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e todos os insumos que os compõem, bem como impostos, taxas, fretes, seguros e outros.

VI - O valor total de cada composição deve ser exatamente igual ao valor de cada serviço correspondente na **Planilha orçamentária sintética**.

VII - Não se admitirá, nas composições, valores identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

4.8.4.2. Composição de BDI geral e BDI diferenciado

I - A licitante deverá apresentar as composições detalhadas de todos os BDI constantes no seu orçamento, conforme abas "**BDI GERAL EMPRESA**" e "**BDI DIFERENCIADO EMPRESA**" da **Planilha orçamentária** disponibilizada no **item 9.3.3 - Anexo C – Orçamento** do Projeto Básico.

II - Para compor seu BDI – Benefícios e Despesas Indiretas, para obras e serviços de engenharia e arquitetura e para fornecimento de materiais e equipamentos, este último quando utilizado, a licitante deverá levar em consideração que somente será admitido em sua composição exclusivamente os seguintes itens:

- a) Administração Central;
- c) Seguro e Garantia;
- e) Risco;
- g) Despesas Financeiras;
- i) Lucro;
- k) Tributos (COFINS, PIS, ISS e Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta, conforme o caso).

III - As incidências por item componente do BDI devem observar o disposto abaixo:

Tabela – Composição do BDI

ITEM COMPONENTE DO BDI	%
Administração Central	variável
Seguro e Garantia	variável
Risco	variável
Despesas Financeiras	variável
Lucro	variável
TRIBUTOS (*)	conforme regime tributário
COFINS	conforme regime tributário
PIS	conforme regime tributário
ISS	conforme regime tributário
Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	conforme regime tributário

IV - Adotar, na composição do BDI, percentual de ISS compatível com a legislação tributária do município onde serão prestados os serviços previstos da obra, observando a forma de definição da base de cálculo do tributo prevista na legislação municipal e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS (Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário).

V - Atentar para a ocorrência de alíquotas diferenciadas do ISS para os serviços que compõem o orçamento básico, principalmente para itens referentes à materiais e equipamentos de natureza específica fornecidos por empresas com especialidades próprias e diversas e que representam percentual significativo do preço global da obra. Para estes, deve resultar percentuais de BDI igualmente diferenciados que deverão ser aplicados. Os itens com BDI diferenciado estão indicados na **Planilha orçamentária sintética** do orçamento de referência da licitação.

VI - A empresa também deve levar em consideração o regime tributário a que está enquadrado e, caso solicitado, deverá comprovar sua situação através do Contrato Social ou documento equivalente e apresentar consulta da Situação Cadastral da Secretaria Municipal de Fazenda.

VII - Adotar na composição do BDI, as alíquotas do PIS e COFINS observando o regime tributário da empresa. O regime de incidência cumulativo é aplicável aos empreendimentos que se enquadram no conceito de "obras de construção civil" com percentuais de **3,00%** e **0,65%** respectivamente (Acórdão nº 2622/2013 – TCU – Plenário), com exceção para as empresas optantes pelo regime fiscal do Simples Nacional.

VIII - As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais (EFD-Contribuições) comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos últimos **12 (doze) meses** dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º da Lei Federal nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e Lei Federal nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

IX - As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

X - Se a empresa for Simples Nacional, deverá apresentar a DEFIS (declaração enviada para a Receita Federal) para que a comissão verifique se as alíquotas de ISS, PIS e COFINS, informadas na composição do BDI, são de fato as alíquotas que a empresa está obrigada a recolher.

XI - As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária vigente.

XII - Os custos relativos a administração local, mobilização, desmobilização, instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI.

XIII - Os tributos considerados de natureza direta e personalista, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto Federal nº 7.983, de 08 de abril de 2013 (Súmula nº 254 do Tribunal de Contas da União - TCU).

4.8.4.3. Composição de encargos sociais

I - A licitante deverá apresentar a composição detalhada dos Encargos Sociais da sua empresa, conforme aba "**ENCARGOS SOCIAIS EMPRESA**" da **Planilha orçamentária** disponibilizada no **item 9.3.3 - Anexo C – Orçamento** Projeto Básico.

II - Na composição dos Encargos Sociais a licitante deverá considerar que as tabelas a serem apresentadas, tanto para horista quanto para mensalista, devem estar em consonância com o próprio Regime Tributário e com a legislação vigente.

III - Como a Lei Federal nº 13.161, de 31 de agosto de 2015, faculta a opção quanto aplicação da desoneração da Folha de Pagamento, para formulação da proposta, a licitante deverá optar por um dos regimes de recolhimento previdenciário previstos no citado diploma legal.

IV - Para as empresas não optantes pela desoneração da folha de pagamento, estas deverão incluir na composição dos Encargos Sociais a alíquota de INSS, em consonância com a legislação vigente.

V - Os custos dos Encargos Sociais e trabalhistas, conforme legislação em vigor, deverão ser expressos como um percentual incidente sobre os salários.

VI - A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (SESI, SENAI, SEBRAE etc), conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.8.4.5. Das possíveis correções no orçamento

4.8.4.6. A planilha orçamentária sintética, as composições de BDI, de encargos sociais e de preços unitários da empresa classificada serão objeto de análise pela Unidade Técnica de Análise da SEMOP (UTA-UT), conforme disposições da [Portaria nº 44/2022-SECSEMOP](#), de 06 de setembro de 2022; da [Portaria nº 51/2022-SECSEMOP](#), de 30 de novembro de 2022; e da [Portaria nº 55/2022-SECSEMOP](#), de 20 de dezembro de 2022.

4.8.4.7. A unidade técnica poderá, se for o caso, sugerir adequações das composições, desde que não altere o valor global da proposta de preços da licitante, ou solicitar esclarecimentos/justificativas para possibilitar a manutenção da composição. Somente será aceita alteração para menor do valor global da proposta, observado o princípio da economicidade.

4.8.4.8. Serão passíveis de correções as composições do BDI e dos encargos sociais que se enquadrarem nas seguintes situações:

I - Erro de algoritmo de cálculo, que compreende a sequência finita e ordenada de instruções, ou seja, cálculos aritméticos nas fórmulas pré-estabelecidas tanto da composição dos encargos sociais como na fórmula do BDI;

III - Irregularidade formal na proposta classificada que, por sua irrelevância não gera nulidade, se a irregularidade praticada pela licitante classificada a ela não trazer vantagem, nem implicar em desvantagem para as demais participantes, não resultando assim em ofensa à igualdade; se o erro apontado não interfere no julgamento objetivo da proposta e se não se vislumbra ofensa aos demais princípios exigíveis na atuação da Administração Pública (Recurso Ord. em Mandado de Segurança nº 23.714-1/DF, da 1ª Turma do Sistema Tribunal Federal - STF, em 05 de setembro 2000).

4.8.4.9. Fica estabelecido o máximo de **03 (três) diligências** pela Unidade Técnica de Análise da SEMOP (UTA-UT), com o objetivo de solicitar adequações, informações e esclarecimentos. Persistindo as inconsistências na proposta haverá adequação de ofício pela Administração, conforme composições próprias, sem prejuízo de assunção da responsabilidade pela licitante e multa no valor de **1% (um por cento)** do valor da proposta.

4.8.4.10. Como condição para homologação do certame e adjudicação do objeto à empresa classificada, caso sejam constatados erros nas composições apresentadas, esses deverão ser corrigidos pela empresa, nas condições já elencadas neste item.

I - A proposta corrigida, em conformidade com os apontamentos da UTA-UT, deverá ser apresentada conforme disposto no **item 4.9.4 - Proposta de preços e seus subitens** do Projeto Básico.

4.8.4.11. Havendo erros que não admitam correções nos termos deste item, a proposta será desclassificada. A negativa de aceite das correções supletivas realizadas de ofício pela Administração, de que trata o **item 4.9.7.3** do Projeto Básico, caracterizará recusa ou desistência da proposta por parte da licitante, com incidência da penalidade de multa de **10% (dez por cento)** sobre o valor da proposta.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para a regularidade jurídica, fiscal e trabalhista será realizada consulta às informações disponíveis no SICAF ou nos respectivos portais, referentes a:

- 5.1.1. contrato social ou instrumento equivalente;
- 5.1.2. regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;
- 5.1.3. regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;
- 5.1.4. regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;
- 5.1.5. regularidade perante a fazenda municipal de Maringá/PR;
- 5.1.6. regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e
- 5.1.7. regularidade trabalhista (<http://www.tst.jus.br/certidao>).

5.1.7.1. **Para fins de regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitos os documentos que tiverem dentro da validade nas seguintes datas:**

- a) da consulta ao SICAF; ou
- b) da consulta nos portais de consulta pública; ou
- c) da convocação pelo agente de contratação.

5.2. Qualificação técnica:

5.2.1. Para a definição das exigências de comprovação de qualificação técnica foram considerados os requisitos do Art. 67 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como da Súmula nº 263 do Tribunal de Contas da União (TCU), reproduzida a seguir: "Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado". A licitante somente será considerada habilitada quanto a qualificação técnica se atender todos os requisitos apresentados neste item.

5.2.1.1. Registro em entidade profissional #ENTI

- I - Será demonstrado por meio da Certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), comprovando a regularidade da licitante e dos profissionais a ela vinculados para os serviços do Projeto Básico, na forma da legislação vigente.
- II - Caso a empresa licitante ou o responsável técnico não sejam registrados ou inscritos no CREA e/ou CAU do Estado do Paraná, deverão ser providenciados os respectivos vistos destes órgãos regionais por ocasião da assinatura do contrato.

5.2.1.2. Capacidade técnico-operacional #RMAO

- I - Será demonstrada por meio da apresentação de um (ou mais) Atestado(s), Certidão(ões) de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A), Certidão de Acervo Operacional (CAO) ou Declaração(ões), emitido(s) por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, que não seja emitida pelo próprio licitante, que comprove(m) o desempenho do licitante de forma satisfatória na execução de objeto compatível com a parte de maior relevância e valor significativo do objeto desta contratação, sem nenhuma informação que o desabone, conforme requisitos mínimos de capacidade técnico-operacional (quantidades mínimas dos itens listados na Tabela 05 do Projeto Básico).
- II - Considera-se de maior relevância técnica e de valor significativo para o objeto da contratação os itens apresentados na Tabela 05 abaixo:

Tabela 05 – Requisitos de Capacidade Técnico-Operacional

REQUISITOS DE CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
01	Assentamento de piso cimentício intertravado	m² (metros quadrados)	6.000,00
02	Execução de base ou sub-base compactada para pavimento com brita graduada tratada com cimento (BGTC)	m³ (metros cúbicos)	300,00
03	Execução de Parques Urbanos / Praças	m² (metros quadrados)	10.000,00

III - Para fins de comprovação, se não constante expressamente na CAT-A, o licitante poderá anexar outros documentos a fim de complementar o atendimento da exigência, que serão analisados pela comissão de contratação.

IV - Para o atendimento das quantidades mínimas será permitida a soma das áreas e volumes de atestados, certidões e/ou declarações de acervo técnico.

V - Justificativa para capacidade técnico-operacional: as exigências de comprovação de capacidade técnico-operacional da empresa têm por finalidade, igualmente às exigências de capacidade técnico-profissional, garantir a qualidade e solidez dos elementos mais significativos da obra, tanto do ponto de vista da técnica construtiva quanto da expressividade dos valores monetários, mas, sobretudo, assegurar que a empresa vencedora do certame tenha capacidade de mobilização de recursos necessários e simultâneos solicitados pelos elementos de obra. Desta forma, a comprovação que a empresa tenha executado assentamento de piso cimentício intertravado, base ou sub-base de brita graduada tratada com cimento (BGTC), e a execução de obras em parques urbanos e/ou praças deve-se a relevância desses serviços e a tipologia do objeto em questão, devendo a empresa demonstrar versatilidade, capacidade técnica e operacional para mobilização de materiais, equipamentos e pessoais suficientes e compatíveis com o porte da empreita, por vezes, simultâneos em frentes específicas de trabalho, além da diversidade de elementos constitutivos do objeto.

5.2.1.3. Capacidade técnico-profissional #RMAP e #RAEP

- I - Será demonstrada por meio da apresentação de uma (ou mais) Certidão(ões) de Acervo Técnico com Atestado (CAT-A) do responsável técnico, expedida(s) pelo respectivo conselho profissional, que comprove sua experiência conforme requisitos mínimos de capacidade técnico-profissional (quantidades mínimas dos itens listados na Tabela 06 do Projeto Básico).
- II - O profissional detentor do(s) atestado(s) apresentado(s) para os serviços requisitados deverá participar, obrigatoriamente, como responsável técnico principal pela execução da obra. Cada profissional só poderá participar do processo licitatório, com seu acervo, por meio de um único licitante.
- III - Considera-se de maior relevância técnica e de valor significativo para o objeto da contratação os itens apresentados na Tabela 06 abaixo:

Tabela 06 – Requisitos de Capacidade Técnico-Profissional

REQUISITOS DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTDE
01	Assentamento de piso cimentício intertravado	m² (metros quadrados)	6.000,00
02	Execução de base ou sub-base compactada para pavimento com brita graduada tratada com cimento (BGTC)	m³ (metros cúbicos)	300,00
03	Execução de Parques Urbanos / Praças	m² (metros quadrados)	10.000,00

IV - Para fins de comprovação, se não constante expressamente na CAT-A, o licitante poderá anexar outros documentos a fim de complementar o atendimento da exigência, que serão analisados pela comissão de contratação.

V - Para o atendimento das quantidades mínimas será permitida a soma das áreas e volumes de certidões de acervo técnico.

VI - Justificativa para capacidade técnico-profissional: as exigências de comprovação de **capacidade técnico-profissional** têm por finalidade garantir, por meio do conhecimento e experiência dos profissionais, a qualidade e solidez dos elementos mais significativos da obra, tanto do ponto de vista da técnica construtiva quanto pela expressividade dos valores monetários que se apresentaram na Curva ABC, nos termos das justificativas abaixo:

a) Assentamento de piso cimentício intertravado (item 01)

a.1) O objeto a ser contratado trata-se de serviços de pavimentação, drenagem, passeio público, paisagismo e arborização, ciclovias, mobiliários urbanos, sinalização viária, abastecimento de água, rede de esgoto, rede elétrica e iluminação pública, entre outros, sendo que o trecho D do Eixo Monumental apresenta uma área de aproximadamente 15,5 mil metros quadrados de assentamento de placas de base cimentícia intertravada, de acabamento tipo fulget, com peças de 90 x 30 cm, 30 x 30 cm e 20 x 20 cm, além de outros tipos de piso. Desta forma, entende-se fundamental que o profissional responsável já tenha executado este tipo de serviço. O emprego de boa técnica na execução do sistema do pavimento intertravado, é fator preponderante para as exigências operacionais de utilização, vida útil e diminuição de incidências de manutenções técnicas futuras sobre o objeto de referência. Um dos serviços previstos de assentamento de piso cimentício intertravado está representado na faixa A da curva ABC da intervenção (placas de 90 x 30 cm e 30 x 30 cm), correspondendo a cerca de 8% (oito por cento) do valor global da obra. A área necessária de comprovação corresponde a aproximadamente 39% (trinta e nove por cento) de toda a área de assentamento de placa maciça de base cimentícia intertravada.

b) Execução de base ou sub-base compactada para pavimento com brita graduada tratada com cimento - BGTC (item 02)

b.1) Considerando que para garantir um pavimento que suporte as cargas as quais será submetido, além do revestimento projetado e executado adequadamente, é imprescindível a correta execução de sua base, pois no caso dos revestimentos flexíveis essa é fundamental na absorção dos esforços aplicados no pavimento, portanto, fez-se necessário a solicitação de acervo em base de brita graduada tratada com cimento. A execução da base com BGTC exige um rigor no preparo e dosagem, controle de umidade e compactação, rigoroso nivelamento de acabamento compatível com as cotas de projeto, e emprego de diversos equipamentos específicos pertinentes e necessários à aplicação. Desta forma compreende-se a necessidade da exigência destes serviços como requisitos de capacidade técnico-profissional e operacional.

c) Execução de Parques Urbanos / Praças (item 03)

c.1) Considerando que a execução de obras em parques urbanos e/ou praças é relevante por ser especificamente a tipologia da obra em questão, entende-se fundamental que o profissional responsável pela execução da obra tenha executado obras com as mesmas características e tipologia deste objeto.

VII - Será admitida a utilização por atestado do subcontratado?

- () Sim
(X) Não

5.2.1.4. Comprovação de disponibilidade #CDDI

I - A comprovação de disponibilidade de profissional habilitado para a execução dos trabalhos referidos na comprovação de capacidade técnico-profissional será mediante a apresentação de **um dos documentos abaixo**:

- a) Vínculo trabalhista (Registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e Ficha de Emprego), em sendo o profissional empregado do licitante;
- b) Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante;
- c) Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o licitante, tendo vigência de no mínimo **06 (seis) meses** a contar da data de entrega da proposta;
- d) **DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE TÉCNICA** pelo licitante com a anuência formal do profissional, conforme modelo disponibilizado no edital de licitação. A declaração deverá ser individual, aceitando a participação no processo licitatório, especificando a participação na execução do objeto e ter firma reconhecida do profissional.

5.2.1.5. Visita Técnica #VITE

I - Com o intuito que tenham pleno conhecimento das condições locais e do grau de dificuldade em que será realizado o objeto da licitação, bem como o conhecimento e avaliação das peculiaridades relativas aos serviços a serem desenvolvidos, recomenda-se que os licitantes realizem visita técnica no local da obra.

II - A visita deverá ser realizada por quem possua conhecimento técnico suficiente para tal incumbência, acompanhado por engenheiro ou arquiteto da Secretaria Municipal de Obras Públicas da Prefeitura do Município de Maringá, para agendamento deverá ser aberto o **tipo processual** no SEI: "**Obras Públicas: Visita Técnica para Licitação**" e preenchido o "**Formulário de Solicitação de Visita Técnica**".

III - O Atestado de Visita Técnica será disponibilizado no mesmo processo SEI, em até **02 (dois) dias úteis** após a realização da visita.

IV - O prazo máximo para realização da visita é de **03 (três) dias úteis** antes da abertura da licitação.

V - Se realizada visita técnica pela proponente, essa deverá apresentar o **ATESTADO DE VISITA TÉCNICA** junto da documentação de qualificação técnica. Caso a proponente opte por não realizar a visita, poderá substituir o Atestado de Visita Técnica citado anteriormente, por **DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**, conforme modelo disponibilizado no edital de licitação, de que conhece as condições locais em que será realizada a obra, bem como todas as peculiaridades, assumindo a responsabilidade por eventual erro em sua proposta decorrente da falta de visita ao local.

5.3. Qualificação econômico-financeira, conforme doc. [Justificativa de Qualificação Econômico-Financeira \(SEI nº 4032185\)](#):

5.3.1. Certidão negativa de falência #CNFA

I - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor judicial da sede do Licitante, com antecedência máxima de até **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data prevista para a abertura da licitação. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

5.3.2. Balanço Patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 2 (dois) últimos exercícios sociais #ICPL

I - Balanço Patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando-se como base a variação ocorrida no período, do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP - DI, publicada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ou outro indicador que o venha substituir. As demonstrações devem ser assinadas por

contador habilitado e pelo proprietário da empresa. Empresas constituídas há menos de dois anos apresentarão as demonstrações relativas ao último exercício, já as empresas recém criadas poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

II - O Balanço Patrimonial da Sociedade Anônima ou por Ações deverá, ainda, vir acompanhadas de Parecer de Auditor(es) Independente(s). O Balanço Patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no "Livro Diário" contendo identificação completa da empresa, de seu titular, e de seu responsável técnico contábil. As demonstrações contábeis deverão estar autenticadas via Junta Comercial ou Cartório de Títulos e Documentos ou ainda via SPED (Sistema Público de Escrituração Digital).

5.3.3. Índices contábeis a serem atendidos nos 02 (dois) últimos balanços #ICUB

I - Apresentação do índice de liquidez geral (ILG), índice de liquidez corrente (ILC), grau de endividamento (GE), conforme especificado no documento supracitado.

a) A proponente deverá apresentar Índice de Liquidez Geral igual ou superior a 1,0 (um inteiro), Liquidez Corrente igual ou superior a 1,0 (um inteiro) e Grau de Endividamento igual ou inferior a 1,0 (um inteiro).

b) A disponibilidade financeira operacional será declarada em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, devidamente assinados pelo contador da empresa, conforme modelo de [DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA](#) disponibilizado no edital de licitação.

5.3.4. Percentual mínimo do patrimônio líquido #CSPL

I - Apresentar a comprovação de possuir Patrimônio Líquido igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor máximo estimado para o objeto da licitação, mediante apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais.

5.4. **Caso algum dos documentos não possa ser obtido no SICAF ou nos respectivos portais, será solicitado o documento comprobatório de regularidade ao licitante.**

5.5. **As demais DECLARAÇÕES listadas nos Anexos (abaixo), integrantes deste Edital, deverão ser entregues juntamente com os documentos de habilitação.**

5.6. Condições para participação em consórcio

5.6.1. Para fins de habilitação, deverá ser apresentado o compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, contendo:

I - A designação e sua composição;

II - O empreendimento que constitui o seu objeto;

III - O compromisso de que o prazo de sua duração será, no mínimo, equivalente ao prazo de vigência contratual;

IV - O endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre as partes;

V - Indicação do percentual de participação das empresas que compõem o consórcio e definição das obrigações e responsabilidade de cada consorciada em relação ao objeto da contratação;

VI - Declaração expressa de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e ao eventual termo de contrato dela decorrente;

VII - Indicação da empresa líder do consórcio, que irá se relacionar com o contratante em nome do consórcio. São condições de liderança da empresa responsável pelo consórcio: ter poderes expressos para receber citação e responder judicialmente pelas demais consorciadas e ter poderes expressos para representar o consórcio em todas as fases do presente procedimento licitatório, podendo inclusive, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os atos necessários;

VIII - Procuração das consorciadas outorgando à empresa líder poderes para representá-las perante o contratante, em juízo ou fora dele;

IX - Declaração expressa, firmada pelos representantes legais das empresas componentes do Consórcio de que, se vencedor desta licitação, levarão a registro na competente Junta Comercial o termo de compromisso de Constituição de Consórcio, na forma estabelecida na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações, observadas as disposições da Instrução Normativa RFB nº 1.210/2011, quanto à obrigatoriedade de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF), bem como o respectivo registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Paraná – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU;

X - O compromisso de que o consórcio não terá sob qualquer forma, sua composição e constituição alterada, sem anuência prévia e expressa do contratante;

XI - O compromisso de que não se constituem e nem se constituirão, para fins de consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.

5.6.1.1. É vedada a participação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio e a participação isolada da consorciada, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou mais de um consórcio.

5.6.1.2. A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

5.6.1.3. Cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos para habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira, sendo que:

I - Admite-se para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, desde que esses participem da execução dos serviços em questão, conforme compromisso de constituição de consórcio; cada consorciado deverá comprovar a execução dos serviços na mesma proporção de participação na execução desse serviço no contrato, de forma que o somatório das consorciadas atenda as quantidades exigidas;

II - Não serão considerados os quantitativos para comprovação de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional de empresa consorciada que não seja responsável pela execução do serviço correspondente no contrato;

III - Admite-se para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

5.6.1.4. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

5.6.1.5. Limitação de consorciados e justificativas : #LCON

- I - Considerando que o objeto a ser licitado trata-se de uma obra com serviços nas áreas civil e de pavimentação, com um valor máximo estimado em R\$ 19.396.535,73 (dezenove milhões, trezentos e noventa e seis mil quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos), será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, limitada a **02 (duas) empresas**.
- II - A limitação do número de empresas se faz necessária porque o objeto não apresenta uma variabilidade extensa de serviços que exigem empresas especializadas em diversos ramos, além de ter sido considerado quesitos como complexidade técnica e gerencial, responsabilização clara e capacidade técnica e financeira, em que:
- a) Complexidade técnica e gerencial: obras do porte do objeto frequentemente envolvem complexidades técnicas e gerenciais significativas, que ao limitar o número de empresas no consórcio facilita a sua coordenação, comunicação e o gerenciamento do empreendimento como um todo, tornando sua administração mais eficaz, garantindo agilidade na tomada de decisões e cumprimento de prazos;
 - b) Capacidade técnica e financeira: limitar o consórcio a duas empresas assegura que as empresas participantes possuam capacidade técnica e financeira necessária para lidar com a magnitude da obra, o que contribui para evitar a descontinuidade do projeto por motivos relacionados à capacidade operacional das empresas consorciadas, garantindo solidez e segurança da construção, além de proporcionar um melhor controle de qualidade da execução como um todo;
 - c) Responsabilização clara: ao limitar a formação de consórcios a duas empresas, a alocação de responsabilidades se torna mais clara e direta, evitando a pulverização de responsabilidades dentre as empresas envolvidas, além de reduzir riscos de conflitos decorrente da não colaboração entre elas.

5.6.2. No caso de consórcio, qual percentual de acréscimo no valor mínimo de capital social ou patrimônio líquido exigido para o licitante individual: #PPCO

5.6.2.1. Conforme previsão do § 1º e § 2º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, fica estabelecido o acréscimo de 15% (quinze por cento) sobre o capital social ou patrimônio líquido exigido para o licitante individual, salvo aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

6. INFRAÇÕES E PENALIDADES NO CERTAME #IPCE

- 6.1. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações abaixo discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- Multa em percentual calculado sobre o valor total da proposta, conforme o caso;
 - Impedimento de licitar e contratar;
 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos.

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	DOSIMETRIA
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Multa sobre o valor da proposta	5%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Deixar de enviar amostras para análise, exigidas em Edital, quando convocada	Multa sobre o valor total da proposta (lote correspondente)	5%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Multa sobre o valor total da proposta	5%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida como condição para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Multa sobre o valor total da proposta	10%
	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá	6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Fraudar a licitação/seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e seis meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação e da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%
Participe de licitação com mais de uma empresa integrante de mesmo Grupo Econômico concomitantemente (para o mesmo item/lote)	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
	Multa sobre o valor da proposta	30%

- 6.2. Pelas infrações administrativas de:
- 6.2.1. Deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- 6.2.2. Não manter a proposta (inclusive por deixar de enviar a proposta ajustada), salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; e
- 6.2.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 6.3. Que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar ou contratar com o Município de Maringá, poderá ser aplicada a sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 6.4. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7. INFORMAÇÕES GERAIS

7.1. [Definições](#)

7.2. [Condições de julgamento de propostas e habilitação](#)

7.3. [Critérios de desempate](#)

7.4. [Negociação](#)

7.5. [Recursos e contrarrazões](#)

7.6. [Adjudicação e homologação](#)

7.7. [Disposições gerais](#)

7.8. Nossos canais de atendimento: (44) 3127-7100.

7.9. Onde estamos: Av. Rebouças, 200 - Zona 10, CEP: 87030-410 Maringá/PR

7.10. **Compete ao licitante, até a adjudicação e homologação, acompanhar as operações na respectiva Plataforma de processamento do certame (<http://comprasnet.gov.br/>), sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negociações diante da inobservância de qualquer convocação/mensagem enviada, solicitada ou emitida pelo Sistema ou de sua própria desconexão.**

7.11. **As demais comunicações entre a Administração e os licitantes dar-se-ão oficialmente através do Sistema Eletrônico de Informações - SEI (<https://webpmm.maringa.pr.gov.br/portal-do-sei/home/peticionamento>).**

7.12. Quem são os responsáveis pelo certame:

7.12.1. Autoridade máxima da unidade demandante: #RESP Jocenei Terezinha Tozetto Menon - Secretária Municipal de Obras Públicas.

7.12.2. Agente de contratação/Comissão de Contratação/Pregoeiro: Conforme Portaria de Nomeação

7.12.3. Equipe de Apoio: Unidade Técnica de Análise da SEMOP, conforme Portaria de Nomeação

7.13. Normas de regência: [Caderno de Normas Licitatórias](#); [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#); Decreto Municipal nº 2259/2023 (altera Dec. 112/2023; <https://tinyurl.com/Dec2259-2023>); Decreto Municipal nº 1856/2023 (SRP; <https://tinyurl.com/Dec1856-2023>); Lei Complementar nº 1.142/2019.

7.14. Havendo divergências entre o Edital e outros documentos anexos integrantes deste, como o Projeto Básico, prevalecerá o estabelecido em Edital.

7.15. São anexos deste edital:

I - Especificações do objeto

II - Estudo Técnico Preliminar

III - Projeto Básico

IV - Minuta de Contrato

V - Modelo da proposta

VI - Modelo de Declaração de Regime Tributário/Folha de Pagamento/Data-base do Sindicato

VII - Modelo de Declaração de Desconto Não Linear

VIII - Modelo de Declaração de Atendimento aos Requisitos de Habilitação e Capacidade Operacional Financeira

IX - Modelo de Declaração de Disponibilidade Técnica

X - Modelo de Declaração de Não Realização de Visita Técnica

Maringá - PR, 10 de dezembro de 2024.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

8. DEFINIÇÃO DO OBJETO

8.1. #OBJC Contratação de empresa especializada na área de engenharia/arquitetura para execução de obra de **Requalificação dos Espaços Públicos do Eixo Monumental (Trecho D)** no Município de Maringá – PR. Serão executados serviços de pavimentação, drenagem, passeio público, paisagismo e arborização, ciclovias, mobiliários urbanos, sinalização viária, abastecimento de água, rede de esgoto, rede elétrica e iluminação pública, entre outros. O objeto deverá ser executado de acordo com os projetos e documentação relacionada, conforme documentos citados no **item 9.3 - Anexos do Projeto Básico**.

8.1.1. ATENÇÃO: OS PROJETOS E DOCUMENTOS RELACIONADOS NO PROJETO BÁSICO PODEM SER CONSULTADOS POR MEIO DOS RESPECTIVOS LINKS, SOB OS NOMES DOS ARQUIVOS, OU AINDA, POR MEIO DO LINK INDICADO A SEGUIR:

<https://tinyurl.com/27pg59zk>.

8.1.2. A intervenção deverá ser entregue de acordo com os prazos e cronograma apresentados no **item 3.3 - Prazo de entrega ou de execução do objeto** e **item 3.4 - Cronograma para execução** do Projeto Básico. As informações gerais a respeito do objeto estão indicadas na **Tabela 01** apresentada a seguir:

Tabela 01 - Tabela Resumo

NOME DA OBRA	Requalificação dos Espaços Públicos do Eixo Monumental (Trecho D)		
INTERVENÇÃO	Execução de Obra - Reforma - Pavimentação/Parque ou praça - Malha viária urbana/Parque ou praça		
	CATSER: 1350 - Obras civis de parques e praças		
OBJETO	Contratação de empresa especializada na área de engenharia/arquitetura para execução de obra de Requalificação dos E Monumental (Trecho D) no Município de Maringá – PR		
DIMENSÕES BÁSICAS DE PROJETO	ÁREA	ÁREA DESCOBERTA (m²)	ÁREA COBERTA (m²)
	Terreno	27.034,62	-
	Construção	-	582,87
	Demolição	-	27,57
	Reforma	26.451,75	-
	Ampliação	-	-
	Subtotal Intervenção	26.451,75	582,87
	Total Intervenção	27.034,62	
LOCALIZAÇÃO DA OBRA	Lotes	000 e 000	
	Quadra	010A e 004	
	Zona	01	
	Endereço	Praça Raposo Tavares, Travessa Guilherme de Almeida, Travessa Júlio de Mesq Carvalho, Estacionamento da Praça Raposo Tavares e Avenida Tamandaré	
	Bairro	Zona 01	
	Cadastro imobiliário ou Código da via	1010290 e 530, 254, 327, 323, 1000350 e 604	
	CD-Bem	610002323	
RUBRICA ORÇAMENTÁRIA E DADOS PARA EMPENHO	RUBRICA	OBSERVAÇÃO	
	20.010.15.451.0014.1.112.4.4.90.51	Operação de Crédito CEF - FINISA - Despesas de C	
	R\$ 19.396.535,73 (dezenove milhões, trezentos e noventa e seis mil quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e três cent		
FORMA DE PAGAMENTO	Em parcelas mensais, conforme medições apresentadas		
PRAZO DE EXECUÇÃO	360 dias		
PRAZO DE VIGÊNCIA	540 dias		
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	DESIGNAÇÃO	NOME	
	Gestor / Suplente	A ser definido na assinatura do contrato (Despacho (SEI nº 4647353).	
	Fiscal / Primeiro Suplente / Segundo Suplente	A ser definido na assinatura do contrato (Despacho (SEI nº 4647353).	
ANEXOS DO PROJETO BÁSICO	Anexo A - Documentos		
	1. Documentacao Eixo Trecho D (SEI nº 4663411)		
	2. Aprovações (SEI nº 4600569)		
	3. Estudo Técnico Preliminar (SEI nº 4477513)		
	4. Recebimento dos projetos (SEI nº 4868828)		
	Anexo B - Projetos Executivos		
	1. Levantamento Topográfico (SEI nº 4601411)		
	2. Relatório de sondagem (SEI nº 4558197)		
	3. ProjGraficoUrbanistico (SEI nº 4557183)		
	4. ProjUrbanistico (SEI nº 4658537)		
	5. MobUrbano (SEI nº 4654169)		
	6. SistemalluminacaoPublica (SEI nº 4557730)		
	7. Paisagismo (SEI nº 4651197)		
	8. Arquitetonico (SEI nº 4651318)		
	9. SinalizacaoViaria (SEI nº 4651362)		
	10. ComVisualUrbanistica (SEI nº 4600506)		
	11. Mov Terra (SEI nº 4783671)		
	12. Drenagem (SEI nº 4783676)		
	13. Pavimentacao (SEI nº 4783678)		
	14. AbastecimentoAgua (SEI nº 4695704)		
	15. EnergiaEletricaComunicacoes (SEI nº 4557881)		
	16. EstruturalEdificacoes (SEI nº 4791606)		
	17. EstruturalUrbanistico (SEI nº 4783690)		
	18. CadernoEncargos (SEI nº 4557614)		
	19. ART's e RRT's (SEI nº 4784547)		
	Anexo C - Orçamento		
	1. Orçamento (SEI nº 4854985)		
	Os projetos e documentos relacionados acima podem ser consultados por meio dos respectivos links, sob os nom meio do link indicado a seguir: https://tinyurl.com/27pg59zk.		

8.1.3. Os projetos de referência para execução das obras não foram elaborados utilizando a Modelagem da Informação da Construção (*Building Information Modelling* - BIM), sendo que esses foram contratados antes do estabelecimento do Decreto Federal nº 10.306, de 2 de abril de 2020, que trata da Estratégia Nacional de Disseminação do *Building Information Modelling* - Estratégia BIM BR.

8.1.4. O objeto de contratação é classificado como "obra de engenharia" e será executado indiretamente, conforme critérios definidos no Projeto Básico, de acordo com a **Lei Federal nº 14.133 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos**, de 1º de abril de 2021, e **Decreto Municipal nº 2259 – Regulamenta a Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito municipal**, de 26 de outubro de 2023. Também aplica-se à execução do contrato e aos casos omissos a Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, bem como os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (OBJETO) E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

9.1. Do objeto a licitar e preço máximo fixado: #VETC O valor máximo da contratação é de **R\$ 19.396.535,73** (dezenove milhões, trezentos e noventa e seis mil quinhentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos). O orçamento detalhado, bem como memoriais e justificativas de cálculo para o quantitativo final, composições e demais itens pertinentes estão organizados no **Anexo C – Orçamento** do Projeto Básico ([Orçamento \(SEI nº 4854985\)](#)).

9.2. Especificação e quantidades da solução: #EQSO O objeto deverá ser executado conforme especificações e quantidades apresentadas na documentação anexa ao Projeto Básico, conforme **item 9.3 - Anexos do Projeto Básico**.

9.3. Prazo para início da execução do objeto: #PIEO O início da execução dos serviços estará condicionado à emissão da respectiva Ordem de Serviço, sendo que os serviços deverão ser iniciados, no máximo, dentro de **05 (cinco) dias corridos** após sua assinatura.

9.4. Prazo de entrega ou de execução do objeto: #PEEO

9.4.1. O prazo de execução será de **360 (trezentos e sessenta dias) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura da Ordem de Serviço.

9.4.2. O prazo de execução caracteriza a entrega dos serviços totalmente aprovados pela fiscalização, desta forma qualquer correção deverá ser feita dentro do prazo de execução.

9.5. Cronograma para execução: #CRON O cronograma para execução da obra de **Requalificação dos Espaços Públicos do Eixo Monumental (Trecho D)** está contido no **item 9.3.3 - Anexo C – Orçamento** do Projeto Básico ([Orçamento \(SEI nº 4854985\)](#)). A fiscalização deverá exercer controle rigoroso sobre o cronograma físico-financeiro, aprovando eventuais ajustes que ocorram durante o desenvolvimento dos trabalhos, mantendo-se o prazo final de execução.

9.6. Prazo de vigência do contrato: #PVCO O prazo de vigência será de **540 (quinhentos e quarenta) dias corridos**, contados a partir da data de assinatura do contrato.

9.7. Prorrogações: #PROR

9.7.1. Toda solicitação de prorrogação de prazo de execução deverá ser efetivada no período de execução do contrato, bem como toda solicitação de prorrogação da vigência contratual deverá ser efetivada durante sua vigência, previamente autorizada pelo contratante, em ambos os casos.

9.7.2. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, não imputado às partes, o prazo de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

9.7.3. No caso de prorrogação de prazo de execução, deverá ser elaborado novo cronograma físico-financeiro pelo contratado, com as alterações necessárias, incluindo-se as parcelas faturadas e a faturar, a fim de ser submetido à aprovação pelo contratante. Deverá ser apresentada a justificativa e a autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, além de ser formalizada nos autos do processo administrativo.

9.8. Local de entrega ou execução: #LEEX

9.8.1. A obra pretendida será executada no Município de Maringá, Estado do Paraná, conforme localização da **Figura 01 a Figura 03** do Projeto Básico, nos endereços: Praça Raposo Tavares, Travessa Guilherme de Almeida, Travessa Júlio de Mesquita Filho, Rua Joubert de Carvalho, Estacionamento da Praça Raposo Tavares e Avenida Tamandaré – Lote nº 000 da Quadra nº 010A e Lote nº 000 da Quadra nº 004, Zona 01.

9.8.2. **Cadastro imobiliário/código das vias:** 1010290 e 530, 254, 327, 323, 1000350 e 604.

9.8.3. **CD-Bem:** 610002323.

9.8.4. **Tipo e classificação de intervenção e tipo e classificação obra**

9.8.4.1. Execução de Obra - Reforma - Pavimentação/Parque ou praça - Malha viária urbana/Parque ou praça.

9.8.4.2. **CATSER:** 1350 - Obras civis de parques e praças.

Figura 01 – Localização do Cadastro imobiliário nº 1010290



Figura 02 – Localização do Cadastro imobiliário nº 1000350

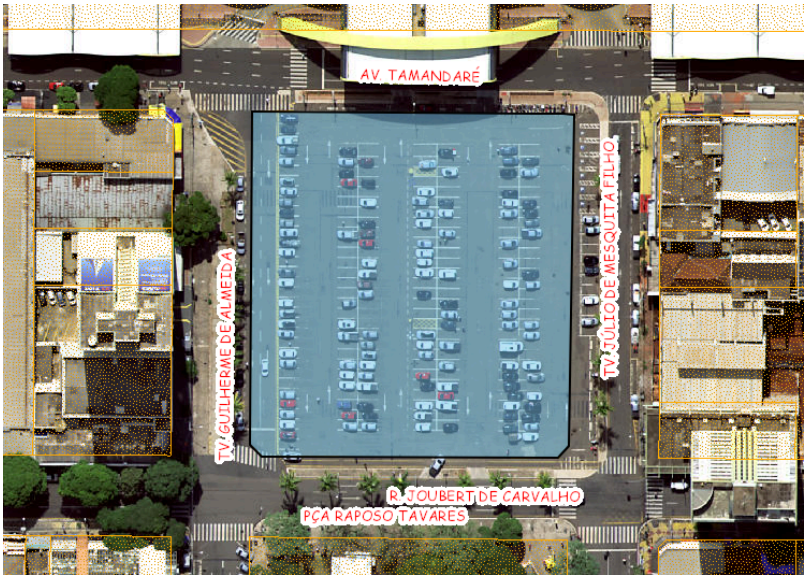


Figura 03 - Localização de todos os cadastros imobiliários e vias do Trecho D



9.8.5. Áreas da intervenção: Conforme indicado na Tabela 03 do Projeto Básico:

Tabela 03 – Áreas da intervenção

ÁREAS	ÁREA DESCOBERTA (m²)	ÁREA COBERTA (m²)	TOTAL (m²)
Terreno	27.034,62	-	27.034,62

ÁREAS	ÁREA DESCOBERTA (m²)	ÁREA COBERTA (m²)	TOTAL (m²)
Construção	-	582,87	582,87
Demolição	-	27,57	27,57
Reforma	26.451,75	-	26.451,75
Ampliação	-	-	-
Total intervenção	26.451,75	582,87	27.034,62

9.9. Garantia exigida do objeto: #GEOB A empresa contratada deverá prestar, sem quaisquer ônus para o Município, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no objeto, sempre que a ela imputáveis, mesmo após o encerramento do contrato, observando a legislação aplicável. Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de **05 (cinco) anos**, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

9.10. #RPCO Deverão ser tomadas as providências listadas conforme **item 14 - Providências gerais** do Projeto Básico.

10. CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1. Garantia financeira do contrato: #PGFC

10.1.1. Será exigida a prestação de garantia financeira do contrato no percentual de **5% (cinco por cento)** do valor do contrato.

10.1.2. A garantia deverá ser prestada em qualquer das modalidades relacionadas no § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, **após a assinatura do contrato e em até 10 (dez) dias corridos após a emissão da Ordem de Serviço**, exceto no caso da modalidade "seguro-garantia", no qual o prazo para apresentação será de **01 (um) mês**, contado da data de homologação da licitação e anterior a assinatura do contrato.

10.1.3. Caso o licitante vencedor apresente proposta inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor estimado para a contratação, será exigida garantia adicional, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis, conforme § 5º do art. 59 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

11. BENEFÍCIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - MPE

#BMPE “**Ampla concorrência - Geral**”: Não é item exclusivo para MPE, mas tem os benefícios de desempate ficto e prazo para regularidade fiscal (excetuadas as licitações cujos itens ou lotes, conforme critério de julgamento, excederem R\$ 4.800.000,00.).

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Link: [Estudo TÉCNICO PRELIMINAR - EIXO MONUMENTAL \(SEI nº 4477513\)](#)
Link de documento público

ANEXO III
PROJETO BÁSICO

Link: [Projeto Básico \(Geral\) \(SEI nº 4490481\)](#)
Link de documento público

ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO

Link: [Minuta de Contrato \(Obras\) \(SEI nº 4892519\)](#)
Link de documento público

ANEXO V
MODELO DA PROPOSTA

Link: [Anexo de Edital \(SEI nº 3829493\)](#)
Link de documento público

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGIME TRIBUTÁRIO/FOLHA DE PAGAMENTO/DATA-BASE DO SINDICATO

Link: [Anexo de Edital \(SEI nº 3445863\)](#)
Link de documento público

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DESCONTO NÃO LINEAR

Link: [Anexo de Edital \(SEI nº 3445949\)](#)
Link de documento público

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA

Link: [Anexo de Edital \(SEI nº 3445991\)](#)

[Link de documento público](#)

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE TÉCNICA

Link: [Anexo de Edital \(SEI nº 3446159\)](#)

[Link de documento público](#)

ANEXO X
MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

Link: [Anexo de Edital \(SEI nº 3446200\)](#)

[Link de documento público](#)